

Casa da Cultura António Bentes
S. Brás de Alportel

Biblioteca

Livro n.º 1365

Cota n.º

3-2
1006

Museu do Trajo
São Brás de Alportel
Centro de
Documentação



Casa da Cultura António Bentes
Biblioteca
(Secção de Recortes)

Albufeira, História

Adelaide Amado

Assunto: Albufeira

Turismo Hotel, n.º 126, Janeiro 1992

ALBUFEIRA

HISTÓRIA

Pela Dr.ª ADELAIDE AMADO *



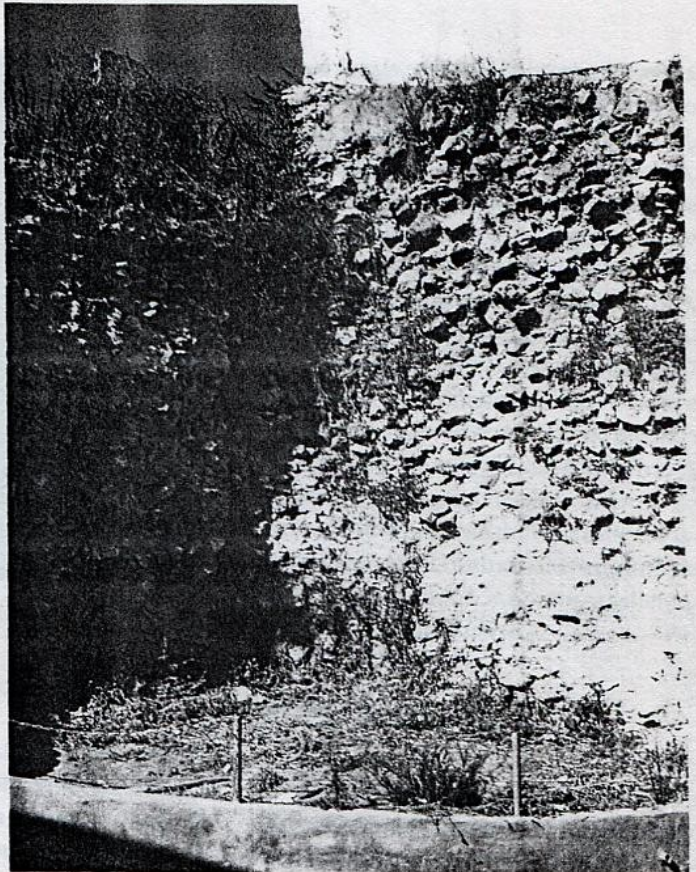
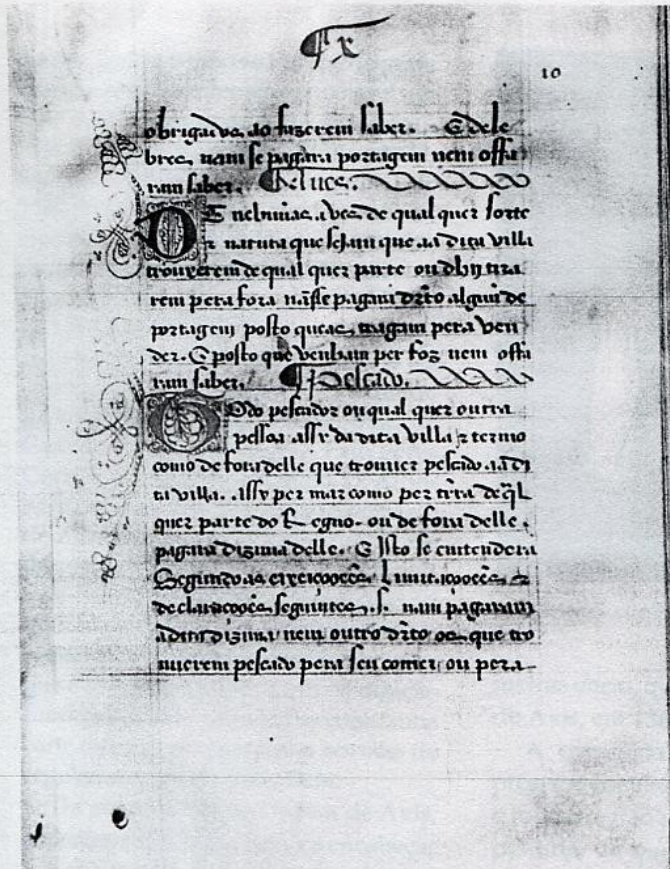
Arco da Rua da Igreja Velha.

*Cidade branca em mar azul.
Nasceu pousada numa
alcantilada falésia, península
altaneira espreitando
a lonjura marítima.
Terra saída do mar.
Dos tempos remotos da
construção do seu castelo aos
nossos dias, longo percurso
de mais de sete séculos foi
percorrido por gerações
de agricultores e pescadores.
A grande viragem desta
estrutura secular processou-
-se nos nossos dias. A década
de 60 é o ponto de inversão
para uma economia que deixa
de ter por base o sector
primário para se virar
para a indústria turística.*



alar da história de Albu-
feira é olhar em primeiro
lugar para o Cerro da Vila,
ponto estratégico rodea-
do pela foz da Ribeira de Albufeira,
terrenos baixos por onde o mar penetra-
va até ao actual Largo Eng.º Duarte
Pacheco.

Toda a área do actual concelho teria
sido ocupada por povos primitivos que
deixaram vestígios ao longo da Pré-



«Fac-símile» do Foral de Albufeira.

Muralha do Castelo, na Rua Joaquim Pedro Samora.

História. Estácio da Veiga nos seus estudos arqueológicos refere três machados polidos, um percutor de diorite, uma lâmina de pedra.

A fertilidade dos solos e a existência de jazigos minerais levavam ao desenvolvimento das indústrias metalúrgicas, de que machados e flechas de cobre são o testemunho. Das Idades do Bronze e do Ferro poucos vestígios restaram.

Segundo opinião de diversos autores, a origem de Albufeira estará numa feitoria fenícia, fundada cerca de 970 AC. Este povo de navegadores comerciantes aqui traria os seus barcos para efectuar trocas de mercadorias.

A primeira ocupação foi feita pelos Romanos, no século II AC. Chamaram-

-lhe Baltum.

A vida dos povos primitivos transformou-se profundamente, a romanização gera o nascimento da organização administrativa e o desenvolvimento da agricultura e do comércio. Para o cultivo dos campos utilizavam o arado de madeira. Introduziram novas culturas: a vinha, o trigo e as árvores de fruto. As forjas, as olarias e as tecelagens são as novas indústrias, mas a salga do peixe foi a que mais se desenvolveu. A praia de Sta Eulália e a praia dos Pescadores teriam sido as zonas mais atractivas desta indústria.

A queda do Império romano vem trazer à Península Ibérica numerosos povos invasores, de que salientamos os

Visigodos. Não se perdendo as aquisições da Romanização, são no entanto introduzidas modificações na administração do território. Da Vila romana passa-se à freguesia visigótica, surgindo o pároco como chefe religioso das populações cristianizadas.

A Baltum romana passa à Al-Buhera dos árabes, quando em 716 foi conquistada por este povo. É deste período a construção do seu castelo. Cinco séculos de permanência árabe levaram a uma modificação profunda das paisagens. São os açudes, as barragens e comportas, são as hortas e os pomares com as laranjeiras, os limoeiros e os damasqueiros, entre outros. São as belas casas brancas com açoteias e chaminés rendi-

lhadas. Toda a região se torna próspera, ligando-se os excedentes agrícolas a um forte comércio com o Norte de África.

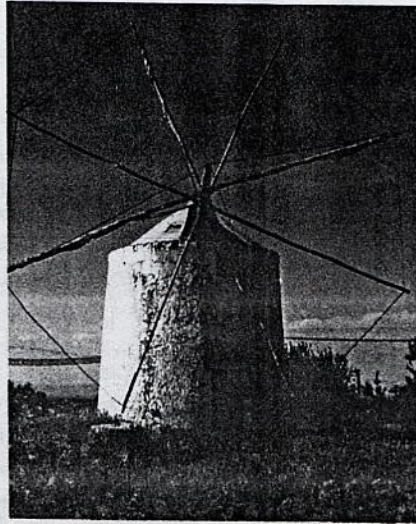
A 1ª. conquista cristã foi feita por D. Sancho I e data de 3 de Setembro de 1189. No mesmo ano, em Dezembro, este monarca doa Albufeira ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. De novo os Mouros recuperam a povoação, em Maio de 1190, pela mão de Jacub Al Mansur. A posse definitiva para os cristãos foi conseguida por D. Afonso III, auxiliado por cavaleiros da Ordem de Santiago de Castela, comandados por D. Paio Peres Correia. A 1 de Março de 1250, D. Afonso III faz uma carta de doação do castelo de Albufeira à Ordem Militar de Avis, de que era Mestre D. Martim Fernandes, e em 8 de Maio dá conhecimento ao rei de Castela, Afonso X, deste seu acto, requerendo a sua concordância, acto que é confirmado. Esta carta de doação funcionou para as populações como uma carta de foral, pois continha normas de regulamentação da sociedade.

Da permanência da Ordem de Avis, encontramos hoje a sua cruz a encabeçar o arco triunfal da Igreja Matriz e no brasão dos Azevedos, que se encontra por cima da porta do edifício dos antigos Paços do Concelho.

É do final do século XIII (1299) o primeiro documento civil de que se tem conhecimento - Carta de aforamento, datada de 10 de Agosto, de Fernão Gil e Sancho Pires a Fernão Martins e Estevainha, de um pardieiro na Vila de Albufeira.

55 anos depois da doação da Albufeira à Ordem de Avis, D. Dinis, em carta datada de 1 de Janeiro de 1305, doa o Castelo de Paderne ao Mestre da mesma Ordem, D. Lourenço Annes com o padroada da Igreja.

O Castelo de Albufeira entra em processo de degradação e sofre as pri-



O fotogénico Moinho da Guia.

meiras obras, que são feitas pela Ordem de Avis, em 1363.

A conquista cristã fez terminar o próspero comércio com o Norte de África e toda a região passa a uma situação de penúria, de que é prova a carta de D. Fernando, datada de 29 de Novembro de 1376, ordenando aos concelhos de Lagos, Silves, Faro e Tavira, para repartirem com ela «o pão que lhes viesse de fora». As populações subsistiam à base da pesca, de que o atum, a baleia e a sardinha eram as principais espécies, e da agricultura, de que salientamos as amêndoas, as alfarrobas, os figos e os cereais. Praticava-se algum comércio com base no peixe salgado e nos frutos secos, que seguiam para outros pontos do Reino e também para Castela.

Dois séculos e meio depois a Carta de Doação, tal como os Forais Velhos, estava desactualizada e é D. Manuel I que «para reger bem, governar os seus súbditos em justiça e igualdade e remediar agravos», mandou que se fizessem

novos forais. Albufeira recebeu o seu a 20 de Agosto de 1504. É um documento encadernado a couro com cantos de metal, um escudo na capa e, na contracapa, uma esfera armilar. Inicia-se pelo índice ordenado alfabeticamente, a que se segue a primeira página, com bellissima iluminação. Tem 66 folhas e mede 27,8 X 19,3. Os fechos já não possuem as tiras de ouro com fivelas. Todo o documento se encontra em bom estado de conservação e faz parte do acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Albufeira. A Carta de Foral contém um conjunto de normas de Direito Administrativo, Fiscal e Penal, constituindo um estatuto de carácter concelhio. Da abertura salientamos o seguinte excerto:

DOM MANUEL

«Por graça de Deus Rei de Portugal e dos al/garves daquém e de além mar em África/ Senhor da Guiné e da conquista e nave/gação, e comércio da etiópia, Pérsi/a e da Índia e a quantos esta nossa car/ta de foral dado á nossa honrada vila// de Albufeira virem fazemos saber que vendo nós/ como o ofício do Rei não é outra coisa se/não reger bem e governar seus súbditos em/ justiça e igualdade. A qual não é somente/ dar a cada um o que seu for. Mais ainda não/ deixar adquirir, nem levar, nem tomar a ninguém se/ não o que a cada um directamente pertence. E vis/to isso mesmo como o Rei é obrigado pelo/ cargo que tem nas coisas em que sabe se os vassallos/ receberem agravos e têm razões os reme/diar, e os tais agravos, e males lhes tolher/ e tirar posto que pelos danificados requerido/ não seja. Querendo nos satisfazer no

que a nós for/ possível com o que somos obrigado. Vindo á/ nossa notícia que assim na nossa vila d'albufeira/, como em muitos lugares de nossos Reinos e/ senhorios por serem os forais que tinham de muitos lon/gos tempos, e os nomes das moedas e intrinseco/ valor delas se não conhecer e por assim não poderem/ ser entendidas, assim por muitos deles estarem em la/tim, e outros em linguagem antiga, e/ desacostumada se levava, e pagava por/ eles o que verdadeiramente se não/ devia pagar. E querendo tudo reme/diar como com toda a clareza e verdade se/ faça...»

Ao longo do texto vamos encontrando diferentes tipos de disposições, das quais escolhemos as mais importantes.

Pagamento de dízimas:

«Item de qualquer lã que á dita vi/la e termo trouxerem homens de/ fora para vender assim por mar como por/ terra, não vindo por foz ou da que os so/ breditos comprarem e tirarem por fo/ra se pagará por carga maior seis réis./ E por menor três réis. E por costal um/ real e meio. E vindo por foz. pagará dízima,/ não vindo de cada um dos lugares do algar/ve, porque vindo pagar-se-á por cargas».

Em relação às isenções:

«De nenhum marisco que venha á dita vila por qualquer maneira a/inda que venha para vender se não pa/gará dízima, nem do que se tira para fora./ Salvo do que se levar para Castela, porque do/ que carregam para a África não pagam./ »

Também o monopólio real da pesca da baleia:

«Outrossim são nossas todas as balei/as e outros peixes reais que vie/rem á costa ou, os tomarem e matarem por/ qualquer maneira, os quais não serão/ apropriados a nenhuma renda da dita vila./ E o nosso almoxarife os arrecadará sempre/ para nós».

As penas para punição dos malfeteiros:

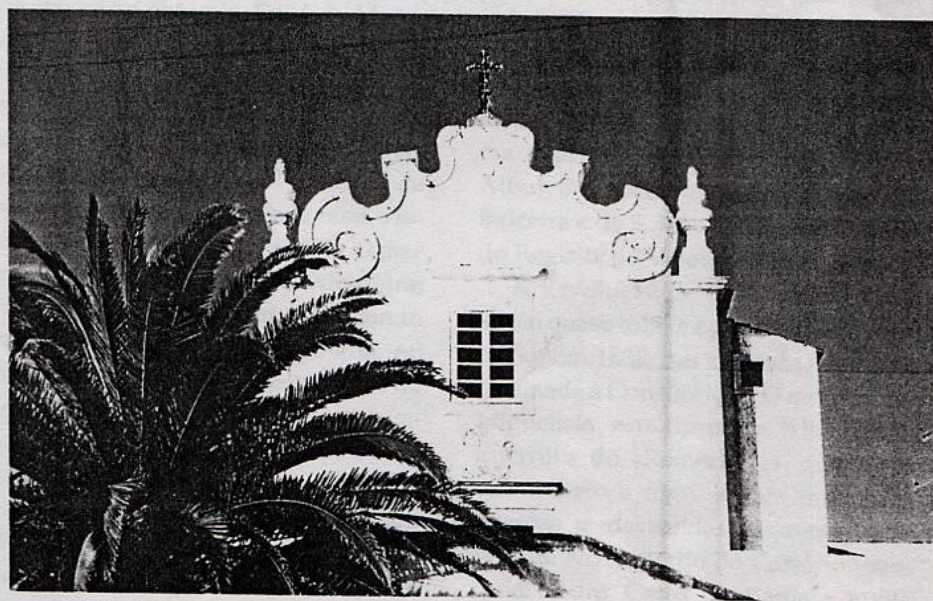
«Outrossim pelo/ dito foral são postas penas ás pessoas/ que fizerem ou cometerem malefícios na/ dita vila na seguinte maneira: qualquer/ pessoa que publicamente e de praça perante/ bons homens romper casa ou entrar nela/ forçosamente com armas pague noventa réis/».

Estes são apenas alguns exemplos de um documento muito rico, do qual se

prevê a publicação da transcrição para um futuro muito próximo.

Estamos em pleno século XVI. Portugal navega por todo o Oriente, nas costas de África e para o Brasil, as suas gentes espalham-se pelas cinco partidas do mundo. Naturais de Albufeira foram marinheiros e, na expansão da fé cristã, um jovem, Vicente, da Ordem de Sto Agostinho, nascido em 1590 dentro das muralhas do Castelo de Albufeira, parte para o Japão, onde prega o Evangelho e é morto na fogueira em Nagasaki, no dia 3 de Setembro de 1632. Actualmente neste dia festeja-se o Beato Vicente de Albufeira.

A vida das populações decorre com normalidade, sendo até alguns grupos sociais beneficiados com medidas régias. Em 1521, D. Manuel I, em carta datada de 27 de Fevereiro, concede aos moradores de Albufeira, em conjunto com os outros concelhos algarvios, a isenção de pagamento de dízima a to-



Igreja de Sant'Ana.

dos os que trouxeram materiais para construção e reparação de barcos próprios e D. João III, em 1525, em carta datada de 20 de Novembro, concedeu o privilégio aos escudeiros, moradores em Albufeira, de serem tratados como cavaleiros nos feitos-crime e aos peões o direito de não serem açoutados.

A decadência do poderio marítimo nacional leva a que as nossas costas comecem a ser assoladas por corsários, especialmente os mouriscos, que saqueavam o Algarve. Em 1573, D. Sebastião visita Albufeira, no intuito de se inteirar da adaptação do velho castelo ao equipamento com artilharia. É, no entanto, após o movimento de Restauração de 1640 que se intensifica a necessidade de defesa da costa e é construída a Bateria de Albufeira, de que ainda resta parte de um compartimento subterrâneo para guardar munições. Sabemos que em 1617 esta Bateria foi visitada pelo Eng^o. militar Alexandre Massay, que o descreve assim: «minado por baixo e prestes a ruir», dizendo também que está «artilhado com 3 Berços de câmara de bronze e 3 Sagres de ferro» e que as suas forças são 33 cavaleiros e 375 infantas. O Forte da Baleeira, situado na falésia junto à praia do mesmo nome, de que apenas existem ruínas do parapeito, e o forte de D. João, construído já no reinado de D. José, quando da guerra de 1762/3, com a Espanha. O seu parapeito semi-circular, que era artilhado com duas bocas de fogo, ainda existe, sobranceiro à praia do mesmo nome. Além destas fortificações, existem ainda torres de vigia, as atalaias, de que citarei a da Medronheira, situada na praia Maria Luísa, actualmente restaurada.

No início do século XVIII, a freguesia de Albufeira possuía cerca de 500 fogos



O antigo edifício da Câmara Municipal.

e perto de 2.000 habitantes, era seu Comendador D. Manuel Teles da Silva e a freguesia de Paderne, 282 fogos e 542 habitantes.

Este século ficou marcado por grandes desastres naturais. Em 6 de Março de 1719, um terramoto destruiu muitos edifícios. Em 27 de Dezembro de 1722, novo terramoto, mais violento, fez do concelho de Albufeira um dos mais devastados do Algarve. No dia 1 de Novembro de 1755, deu-se o mais violento terramoto da nossa história. O mar invadiu toda a zona baixa de Albufeira, atingindo a altura de 10 m, provocando numerosas mortes e, na zona alta, no espaço intra-muros, o desabamento da Igreja Matriz provocou 227 vítimas. Sabemos que apenas 27 construções ficaram de pé, sendo uma delas o Albergue da Misericórdia, construção do final do século XV. Ainda em 1768, graves inundações provocadas pela Ribeira de Quarteira, destruíram terras de cultivo

pertencentes, nesta época, ao Concelho de Albufeira.

No início do séc. XIX, a freguesia de Albufeira possuía 813 fogos e 2.931 habitantes, enquanto a de Paderne possuía 347 fogos e 1.146 habitantes, continuando a desconhecer-se os números da freguesia da Guia.

Em 1805, o Príncipe Regente D. João faz depender da Praça de Guerra de Albufeira, para além das Baterias da Baleeira e de S. João, os Fortes de Pera, do Registo, de Valongo e de Quarteira.

A Revolução de 1820 vai encontrar apoio quase total na população do concelho. Em 1822, nas casas da Câmara é aclamada a Constituição. O movimento miguelista vem trazer a Albufeira a guerrilha do «Remechido», que pôs a vila a ferro e fogo. Foram mortas 74 pessoas e destruídas algumas casas nobres. No incêndio do Cartório Paroquial e das Casas da Câmara muita documentação se perdeu. Da resistência

da população resta uma bandeira, manchada de sangue de Jacinto d' Ayet, que se encontra emoldurada na sala de sessões da antiga Câmara Municipal.

Como curiosidade, passo a referir as quantias com que foi colectado o Concelho de Albufeira, em direitos e contribuições no ano de 1835 - 1.589\$784 réis da freguesia de Albufeira; 318\$105 réis da freguesia de Paderne e 213\$284 réis da freguesia da Guia. Neste mesmo ano, nasceram 109 pessoas em Albufeira; 90 em Paderne e 30 na Guia; morreram, pela mesma ordem, 81, 50, 15 e casaram 38, 18, 12.

No final do século XIX, o Concelho de Albufeira possuía 2.363 fogos e 9.274 habitantes.

Assinalo para o séc. XX as desastrosas inundações de 15 de Fevereiro de 1941, de Outubro e Dezembro de 1948 e de 15 de Janeiro de 1956. Todas provocadas por deficiências no sistema de escoamento de água e causaram perdas de vidas e de haveres.

Depois desta, talvez longa descrição de factos históricos, de que escolhi os mais relevantes, gostaria de ter deixado a noção de que o Concelho de Albufeira não é só um conjunto de belíssimas praias, mas um espaço misto, em que os aspectos tradicionais, histórico-monumentais e culturais têm todo o interesse em serem conhecidos. Assim, visitar os moinhos de vento da Guia, a Igreja Matriz, deslocar-se mais para o interior, até Paderne, percorrer a pé as ruas da povoação, conhecer a sua Igreja e a Capela e depois, já de automóvel, subir até ao magnífico castelo árabe, cujas fortes paredes de formigão ainda hoje nos impressionam, olhar em redor a bela paisagem, de um verde recortado pela Ribeira de Quarteira, observar a ponte e o açude, são aspectos por certo agradáveis aos visitantes. Quanto à cidade de Albufeira, dois percursos poderão ser aconselhados: a zona do chamado Cerro da

Vila, onde se situava e situa o castelo, pois as paredes das suas muralhas ainda são visíveis num recanto da Rua Joaquim Pedro Samora, percorrer a pé as ruelas estreitas com arcos, ver o resto da casa das munições da antiga Bateria, a Igreja da Misericórdia, a casa do Albergue, as casas da Câmara, a Torre do Relógio e, num segundo percurso, o da chamada Expansão Poente, visitar a Igreja Matriz, a de S. Sebastião, a de Sant' Ana e Estátua do Beato Vicente e sair da cidade até ao vale da Orada para conhecer a Ermida de N.ª. Sr.ª. da Orada, santa

milagreira dos pescadores.

Modernamente a cidade está em expansão para Nascente e aqui merece toda a atenção o edifício da Câmara Municipal, obra grandiosa, inaugurada em 1989.

Uma última palavra para a acção da Autarquia, que tem vindo a valorizar e preservar todo este património, fruto de uma tradição secular que se mantém bem viva na alma dos albufeirenses.

* A Responsável pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Albufeira



CENTRO COMERCIAL
VILANOVA

Loja 30
Da Lacerde

AREIAS DE S. JOÃO - 8200 ALBUFEIRA - TELEF. (089) 588053

NOS 487 ANOS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA



(Illuminura da 1ª página da Carta de Foral)

«Por graça de Deus Rei de Portugal e dos al/ garves
daquém e de além mar
em África/ Senhor da guiné e da conquista e nave/ gação, e
comércio da Etiópia, Pérsi/a e da Índia e a quantos esta
nossa car/ ta de foral dado á nossa honrada vila/ de
Albufeira virem fazemos saber que vendo nós/
como o officio do Rei não é outra coisa se/ não reger bem e
governar seus subditos em/ justiça e igualdade. A qual não
é somente/ dar a cada um o que seu for. Mais ainda não/
deixar adquirir, nem levar, nem tomar a ninguém se/ não
o que a cada um diretamente pertence. E vis/ to isso
mesmo como o Rei é obrigado pelo/ cargo que tem nas
coisas em que sabe se os vassallos/ receberem agravos e
têm razões os reme/ diar, e os tais agravos, e males lhes
tolher/ e tirar posto que pelos danificados requerido/
não seja. Querendo nos satisfazer no que a nós for/
possível com o que somos obrigado. Vindo á/ nossa
notícia que assim na nossa vila d'albufeira/, como em
muitos lugares de nossos Reinos e/ senhorios por
serem os forais que tinham de muitos lon/ gos tempos,
e os nomes das moedas e intrinseco/ valor delas se não
conhecer e por assim não poderem/ ser entendidas, assim
por muitos deles estarem em la/ tim, e outros
em linguagem antiga, e/ desacostumada se levava, e
pagava por/ eles o que verdadeiramente se não/ devia
pagar. E querendo tudo reme/ diar
como com toda a clareza e verdade se/ faça...»

ALBUFEIRA

É CONCELHO
HÁ 487 ANOS





Reportagem de:
RUSSO CABRITA e LEÇA BRÁS
Fotografias de:
ALFREDO MACHADO
e Arquivo da Câmara
Municipal de Albufeira



Albufeira recebeu a sua Carta de Foral em 1504, no reinado de D. Manuel I. Para trás, fica um passado nobre, onde se mesclam influências árabes e romanas. E até aos anos 60, molda-se um burgo pacato, voltado para a agricultura e pesca, que não tardará a explodir em toda a sua riqueza, quando, nos nossos dias, assume a sua vocação de local privilegiado para o Turismo de Qualidade. Dessa gesta de 487 anos do Concelho de Albufeira se fala nesta Reportagem - do seu passado histórico, do seu presente de centro turístico por excelência, e do seu futuro de estância predestinada para o Turismo de Qualidade.

Albufeira está situada no Algarve, 30 km a Sudoeste de Faro, 12 km a Sueste de Silves, 35 km a Este de Lagos e 240 km a Sul de Lisboa, sendo o concelho formado por três freguesias: Albu-

feira, Guia e Paderne.

À semelhança das antigas povoações ribeirinhas do Mediterrâneo, do qual, aliás, não faz parte, Albufeira foi edificada no topo de um monte, onde as populações dispunham de melhores con-

dições de segurança.

A cidade assenta em rochas escarpadas sobre o Oceano Atlântico, formando duas pontas avançadas - a nascente a do Porchel ou de São João, e a poente a da Baleeira. Ao fundo de um pequeno vale, existia outrora uma grande albufeira, na margem esquerda da ribeira que dividia a vila.

O clima algarvio tem características mediterrânicas: Verões quentes e secos e Invernos amenos e com uma pluviosidade reduzida, sendo a temperatura média anual de cerca de 17,5°C.

Sobre o passado histórico de Albufeira, nas suas diversas vertentes, desde a origem até aos nossos dias, se fala desenvolvidamente nesta Reportagem, através de um trabalho de Adelaide Amado, responsável pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Albufeira.